

Desenvolvimento Sustentável

Ministro José Múcio Monteiro, tendo em vista a sua experiência, em linhas gerais, como encarou o desafio de ser o relator do primeiro ano de gestão da presidente da República, Dilma Rousseff?

Esta foi a primeira vez que fui sorteado para relatar as contas do governo, mas encarei o desafio com muita tranquilidade. Afinal, temos uma equipe técnica de alto nível e que está acostumada a analisar as contas. Todos são experientes e foram recrutados em árduos concursos públicos. Louvo o quadro de servidores do Tribunal de Contas da União.

Mais especificamente, o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) merece o nosso aplauso. Até por isso, de modo muito acertado é que esta Corte resolveu oferecer o Prêmio TCU de Jornalismo 2012. Essa premiação é uma maneira de aproximar a sociedade do tribunal e dar



mais visibilidade a esse trabalho de análise das contas da República.

Aliás, pode-se dizer que, em linhas gerais, a criação da Corte de Contas teve por objetivo primordial avaliar o desempenho do governo. A própria ideia inicial de Rui Barbosa já ia nessa linha de independência do TCU. Essa autonomia acabou por ser sacramentada pela atitude corajosa de Serzedello Corrêa, que desafiou o presidente da República para reafirmar a necessária independência funcional desta Casa.

Em relação ao fato de a presidente ser uma mulher, há grandes experiências hoje no mundo de estadistas-administradores. Nós tivemos a Margaret Thatcher, no Reino Unido, que foi uma grande gestora. Na mesma linha, temos a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel e a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet. Os argentinos é que gostam muito dessa experiência. Você tem ainda, por exemplo, nos Estados Unidos, Hilary Clinton, que não chegou à presidência, mas é uma grande política e tem-se mostrado uma eficiente secretária de Estado.

Na realidade, isso chegou tarde ao Brasil, mas não fora de tempo. A presidente Dilma Rousseff, com quem convivi por dois anos, quando éra-

mos ministros de Estado, é uma extraordinária gestora, uma administradora de mão cheia. O que alguns criticam é a falta de experiência política. No entanto, isso é absolutamente superado pelo conhecimento que ela tem do País. É uma mulher que conversa com profundidade sobre todos os temas do Brasil e eu fui testemunha disso.

É claro que a experiência eleitoral dela já começou por onde geralmente se conclui uma carreira vitoriosa. Ela foi patrocinada, vamos por assim dizer, pelo seu talento excepcional e pelo conhecimento que todos tinham da sua capacidade de trabalho. Os brasileiros estão vendo isso aí. Não é à toa que os índices de popularidade da nossa presidente batem um recorde atrás do outro.

Evidentemente que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando escolheu o nome de Dilma Rousseff, sabia que estava apresentando uma pessoa mais do que capacitada. Ele escolheu exatamente quem tinha o conhecimento com profundidade dos problemas do Brasil.

Desde 2008, o mundo experimenta idas e vindas de uma crise que não parece ter ainda solução. A situação na Europa se agrava. E o impasse é

exatamente definir qual a melhor estratégia para minorar os efeitos dessa crise. A análise das Contas 2011 aponta se a postura do Brasil é satisfatória?

Este governo toma medidas condizentes com o enfrentamento dessa crise. É um fato que o País realmente investiu, nos últimos anos, muito no consumo interno. Incentivado pelos seguidos aumentos reais da renda do brasileiro, alicerçado nos constantes aumentos do salário mínimo e por políticas de renda mínima, o consumo interno foi o que fez com que nós passássemos pela crise de 2008 com tranquilidade, quase sem sobressaltos.

As providências que estimularam o consumo interno fizeram com que o Brasil passasse pela crise econômica de 2008 com um desempenho superior ao de diversos outros países, que também se deparavam com o problema. Dizem os economistas, professores nessa área, que o País agora, de certa forma, exauriu essa ferreamenta do consumo interno.

Nós estamos, outra vez, no meio de uma crise internacional, uma crise financeira e econômica que volta a ameaçar o mundo. Essa vacina do consumo interno nos blindou de tal forma que fez com que nós chegássemos à conclusão de que as mazelas dos outros países não mais nos atingiriam.

De fato, no passado, essas crises tinham efeitos devastadores para a nossa economia.

Não é mais assim, felizmente. No entanto, temos de reconhecer que não estamos imunes e que essa vacina chamada consumo interno pode não ser mais suficiente para nos proteger das incertezas que estão por vir. É certo que a crise na Europa pode nos atingir. Uma eventual crise no Japão e nos EUA também poderia nos contaminar. Isso tudo por conta da economia de mercado que vivemos neste século XXI.

No entanto, entendo que o governo da presidente Dilma Rousseff toma todas as providências necessárias para o enfrentamento da crise europeia, que ameaça se espalhar rapidamente pelo planeta. Talvez não seja, ainda, o remédio definitivo, mas as providências estão sendo tomadas.

A questão dos juros tem sido enfrentada. Tanto é assim que as taxas de juros, embora ainda altas, têm caído. O juro baixo torna o crédito mais barato, estimula os investimentos e, por consequência, aquece a economia. Estes investimentos, por sua vez, geram empregos e renda. Esse é o desafio do desenvolvimento sustentável, criar um círculo virtuoso. Juro menor, crédito maior, mais investimentos, mais empregos, mais renda...

“A questão dos juros tem sido enfrentada. Tanto é assim que as taxas de juros, embora ainda altas, têm caído. O juro baixo torna o crédito mais barato, estimula os investimentos e, por consequência, aquece a economia.”

O consumo interno também aumenta, mas perceba que ele é apenas uma das consequências do ciclo virtuoso.

Não é por acaso que o desenvolvimento sustentável foi o grande tema escolhido pelo TCU para alicerçar a análise das contas do governo de 2011. É certo que o nosso crescimento projetado não é ainda o que nós precisamos, nem o que desejamos. O crescimento da economia brasileira tem sido dentro do campo do possível. Nós criticamos a questão do juro no parecer prévio que levamos ao Congresso Nacional. Afinal, a análise se refere ao ano de 2011.

Por outro lado, devemos reconhecer que neste ano de 2012 muitas medidas têm sido tomadas para baixar a taxa de juros. Sistemáticamente, o Copom tem reduzido a Selic e o mercado tem acompanhado essa tendência. No entanto, ainda temos no Brasil juros altíssimos, quando comparados com os de outros países.

Reitero que essa crítica, constante do nosso parecer enviado aos parlamentares, é em relação à atuação do governo em 2011. Porém, em 2012, temos sido testemunhas de que o governo progressivamente tem atuado no sentido de diminuir o juro como forma de incentivar os investimentos e manter os níveis de emprego e da renda.

Uma análise como a das contas certamente encontrará alguns cenários negativos, mais desafiadores. Como o Brasil pode avançar mais e corrigir essas lacunas?

O relatório apontou algo curioso: a persistência das desigualdades regionais. Repare que somos um país continental. O que temos de homogêneo é a nossa língua portuguesa. Entretanto, o Uruguai, o Paraguai, a Argentina, a Colômbia, enfim, os Estados que são nossos vizinhos falam o mesmo idioma, mas são países completamente diferentes, que vivem sob o manto de constituições muito distintas.

Por sua vez, o Brasil tem vocações diferentes, climas diferentes, culinárias diferentes e somos regidos por uma constituição só, a Carta Cidadã de 1988. Você assiste ao noticiário e vê que o Nordeste enfrenta uma seca sem precedentes. Já a região Sul enfrenta chuvas acima do esperado. Temos as mazelas de um continente e uma só constituição. Ou seja, o que quero dizer é que temos muitas doenças receitadas por um único remédio.

Você pode reparar que, no relatório das contas de 2011, nós mostramos que toda a sociedade brasileira melhorou. O pobre ficou menos pobre, os ricos melhoraram e, em suma, houve uma grande evolução

“ O pobre ficou menos pobre, os ricos melhoraram e, em suma, houve uma grande evolução em todas as classes sociais. Mas as diferenças regionais se mantiveram quase intactas. ”



em todas as classes sociais. Mas as diferenças regionais se mantiveram quase intactas.

Quer dizer, quando o então presidente Lula investiu com mais ênfase nas regiões Nordeste e Norte, foi para evitar o usual fluxo migratório, ou seja, para que o paraibano trabalhasse na Paraíba; o baiano na Bahia, enfim, para que o nordestino ficasse no Nordeste; o nortista no Norte.

Mas acho que essa é uma área em que o governo terá de investir ainda mais. E nós colocamos isso no relatório das contas de 2011 para ver se as diferenças regionais diminuem. Então, há que se questionar: o Brasil melhorou? Sim, mas as diferenças se mantiveram incólumes. A renda *per capita* aumentou, certo, mas tudo dentro de uma proporcionalidade.

Eu sempre disse que o Brasil tem várias classes sociais, todavia as mesmas classes são diferentes no Norte, no Nordeste, no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. Os pobres não são iguais, os ricos não são iguais, as ditas classes médias não são as mesmas. É esta a diferença que nós precisávamos corrigir. Entendo ser uma luta de muitos anos, de muitos governos, portanto, precisamos de um plano estratégico.

Talvez até pelo nosso temperamento, os Estados não têm o seu projeto, pois nunca

seguimos um antecessor, ou seja, não damos continuidade às políticas públicas. No entanto, devemos reconhecer que a presidente Dilma tem dado sequência aos programas do ex-presidente Lula.

Creio que essa é uma área em que o Brasil ainda precisa avançar, pois considero que a falta de continuidade é um grave problema. Compreendo que as diferenças regionais são a origem de todas as outras diferenças e das mazelas nacionais. Devido a isso, há o fluxo migratório para as periferias urbanas. Tudo porque não se gerou oportunidades onde as pessoas vivem, de modo que elas não precisassem migrar.

Para se ter ideia da persistência dos problemas nacionais e da dificuldade em superá-los, Dom Pedro II já falava à princesa Isabel: “cuidado com o trabalho profissional”. E essa questão da qualificação profissional também foi um dos gargalos que percebemos na análise das contas de 2011.

Inclusive, nas minhas considerações finais, na leitura do parecer prévio às Contas, que meus nobres pares aprovaram por unanimidade, li um trecho de uma carta de Dom Pedro II para a princesa Isabel, na qual foram feitas diversas recomendações que são basicamente as mesmas que fizemos

“ O nosso atual presidente, ministro Benjamin Zymler, deu prosseguimento ao processo de abertura das janelas deste Tribunal. Quer dizer, hoje nós estamos mais nas ruas e os cidadãos estão mais aqui. ”

para o governo atual. Ou seja, os problemas persistem.

O senhor procurou o Parlamento para receber sugestões e estimular a troca de informações de modo a aperfeiçoar a análise das contas. Como foi essa experiência?

Fiz esse trabalho, mas quem já vinha fazendo, pelo menos, desde que cheguei aqui no TCU, um trabalho muito bem feito de contato com o Congresso Nacional era o ministro Aroldo Cedraz. Devido a grande experiência parlamentar e por saber da necessidade de nos aproximar do Parlamento, ele procurou diversas comissões. Apenas percorri um caminho que ele nos abriu e procurei imitá-lo. Nós fomos a algumas comissões técnicas, acompanhados de auditores da nossa Corte de Contas, fomos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e nas duas Casas recebemos muitas contribuições.

Entendo que é absolutamente necessária a nossa aproximação com os deputados e senadores. E é importante que o Congresso Nacional entenda que, embora sejamos independentes, também somos um braço colaborador do Parlamento, do Executivo e do Judiciário.

Nós precisamos exercitar esse diálogo e fazer com que

isso seja uma via de mão dupla. O nosso atual presidente, ministro Benjamin Zymler, deu prosseguimento ao processo de abertura das janelas deste Tribunal. Quer dizer, hoje nós estamos mais nas ruas e os cidadãos estão mais aqui. O governo vem aqui, os prefeitos também procuram orientação e, muitas vezes, eles procuram saber como devem fazer antes mesmo de iniciar uma concorrência, uma obra, ou formalizar um contrato.

Ao abrir as nossas janelas, sujeitamo-nos também às críticas. Então, estimulamos as comissões da Câmara, do Senado e do Congresso para que vissem o trabalho de análise das contas 2011 e nos apresentassem sugestões. Nós sabíamos que não seria ainda no volume que queríamos. Porém, a cada ano, temos certeza de que essa colaboração técnica vai aumentar.

Assim, para dar continuidade e impulsionar nossa abertura para a sociedade como um todo, foi criado o Prêmio TCU de Jornalismo. Qual a nossa intenção? Além de nos tornar mais transparentes, para que a imprensa veja o trabalho com mais profundidade, não apenas veja as críticas, mas observe também o que teve de bom, o que teve de mais positivo.

Apresentou-se um trabalho, vamos por assim dizer,

“É importante que cada um use esse relatório tendo a consciência de que a análise das contas 2011 é um trabalho que serve ao governo na hora em que apontamos os acertos, as dificuldades e os erros.”

dos problemas que são reinidentes para que o governo tome as providências em determinados setores. Nossa ideia é que a imprensa, ao fazer esse trabalho, participe intensamente desse esforço. E, por consequência, a imprensa faça com que a sociedade tome conhecimento e participe da análise das contas do governo.

Quando se observam as pequenas prefeituras, vemos os orçamentos participativos, no qual as pessoas participam e dão suas sugestões, de forma direta, sem qualquer intermediário. Evidentemente, isso pode parecer um pensamento utópico, mas o ideal seria que a própria sociedade participasse mais ativamente. Tanto sugerindo quanto acompanhando e criticando as ações governamentais.



Nesse esforço de inclusão da sociedade, chamamos também o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um forte instrumento de participação da sociedade organizada junto ao governo. Demos a oportunidade para que o Conselho apresentasse sugestões e críticas. Nós precisamos desses comentários.

Uma inovação, presente no relatório das contas de 2011, foi termos tido, em agosto, um *feedback*. Por meio de um debate entre nós e os diversos setores do governo, aos quais fizemos críticas e apresentamos sugestões. Eles tiveram a oportunidade de, em viva voz, fazer ponderações em relação ao nosso trabalho. Reunimo-nos em uma mesa de trabalho, aí sim, pela primeira vez, e promovemos um debate. Foi a oportunidade para o governo dizer: “olha, eu fiz isso por isso, isso foi feito por aquilo”. As justificativas foram apresentadas.

É importante que cada um use esse relatório tendo a consciência de que a análise das contas 2011 é um trabalho que serve ao governo na hora em que apontamos os acertos, as dificuldades e os erros. Além de mostrar se o governo realmente absorve as críticas e corrige as falhas, bem como serve para que haja uma interação maior entre o TCU e o Congresso Nacional.

“A análise das contas do governo pelo TCU não é uma mera formalidade burocrática. Nós precisamos que isso seja um instrumento de trabalho. Para tanto, a sociedade deve ser instada a participar ainda mais.”

Nós vamos tentar, sempre, melhorar. Começamos essas inovações agora e o próximo relatório com certeza fará isso e os outros também, sempre procurando estimular a sociedade a participar, a ter interesse, a entender que trabalho é esse que o TCU realiza.

A análise das contas do governo pelo TCU não é uma mera formalidade burocrática. Nós precisamos que isso seja um instrumento de trabalho. Para tanto, a sociedade deve ser instada a participar ainda mais. Esse é o nosso desafio, trazer a sociedade para mais perto da Corte de Contas.

O parecer prévio às Contas do Governo mostra um TCU com preocupações muito além da mera legalidade. Sendo órgão fiscalizador, o senhor entende que há uma tendência de a Corte de Contas, cada vez mais, ser também uma parceira da administração pública? Sobretudo no sentido de apontar caminhos e soluções e não se limitar a sancionar os gestores?

Primeiro, temos que lembrar um pouco da história desta Corte. Por qual motivo o TCU foi criado? Foi exatamente para isso: avaliar o desempenho do governo e fornecer ao Congresso Nacional um parecer técnico, sem qualquer viés político ou ideológico.

O Tribunal é um órgão independente, técnico, seriamente comprometido com este País e, também, de certa forma, um braço do Parlamento. Afinal, são os senadores e deputados federais que tem a incumbência constitucional de julgar as contas do presidente da República. O TCU tem que fazer a sua parte da melhor maneira possível, fornecendo os subsídios necessários para que os parlamentares possam realizar um julgamento justo.

Nosso trabalho, por mais abalizado que seja, é um parecer prévio, pois a decisão definitiva é dos parlamentares. No entanto, para a nossa surpresa, o Congresso Nacional não analisou os últimos nove pareceres prévios que o Tribunal de Contas da União enviou para lá. O último ano do presidente Fernando Henrique Cardoso (2002) mais os oito anos do presidente Lula (2003/2010).

Isso pode ser um sinal de que o Congresso Nacional confia tanto no relatório prévio do TCU como se definitivo fosse, que nem se daria ao trabalho de fazer a própria análise. No entanto, não acredito que essa falta de julgamentos seja por questões políticas. Da nossa parte, creio que o Tribunal tem mostrado, com absoluta clareza e espírito democrático, muita qualidade

no exercício desse papel, independentemente de o Parlamento julgar ou não as contas do governo.

Na realidade, as críticas que fazemos ao Poder Executivo são construtivas. O intuito sempre é o de melhorar a gestão da coisa pública, pois não temos lado. Nosso papel de órgão técnico é fazer uma análise baseada dos números e na realidade encontrada por nossos auditores. Por isso, entendo que o TCU cumpre fielmente a sua missão e o relatório prévio que enviamos mostrou mais uma vez isso.

Compreendo que é positivo o seguinte: focarmos pontos específicos. Se você me perguntar o que eu achei de mais positivo no relatório, eu diria que foi o fato de criticarmos de forma construtiva. Contudo, existem várias maneiras de se fazer uma crítica. Pode-se fazer de forma ácida, ou respeitando quem errou. Pode-se fazer uma crítica contribuindo para que a pessoa criticada possa absorver aquilo, melhorar e corrigir.

O espírito do nosso relatório deste ano, o tempo todo, foi esse: o da crítica construtiva e pedagógica. Imbuído por esse espírito, fiz questão de convidar os ministros do governo para vir aqui expor suas razões.

Sempre separo aqueles que se enganam dos que erram de

propósito. Vejo que o governo parece ter entendido isso. Nós fizemos até mais sugestões do que alguns relatórios anteriores. A forma de fazer isso, na presença dos ministros de Estado, mostrou que o TCU desempenha seu papel sem ser considerado um vilão pelo Poder Executivo.

Temos, sim, que explorar mais o lado pedagógico do Tribunal. Entendo que hoje, na gestão do nosso presidente, ministro Benjamin Zymler, o número de infrações diminuiu consideravelmente. Ou seja, o gestor público começa a usar o Tribunal não só como um censor, mas como um instrumento de colaboração para a sua gestão.

Exatamente para disseminar boas práticas é que o TCU tem, a cada ano, oferecido mais vagas nos cursos de capacitação a distância. Em 2011, foram mais de 20 mil servidores públicos de todas as esferas de governo que cursaram as disciplinas oferecidas. Temos cursos de licitações e contratos administrativos, lei de responsabilidade fiscal, convênios, entre outros. Tudo oferecido gratuitamente, por meio da internet.

Concluo, afirmando sem medo de errar, que estamos trilhando o caminho da parceria, sem abrirmos mão das nossas competências constitucionais e legais.